

Ventos de São
Clemente VI
Energias
Renováveis S.A.

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Ventos de São Clemente VI Energias Renováveis S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Clemente VI Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de São Clemente VI Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem



levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 31 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000190/F-9

Claudio Henrique Damasceno Reis

Contador CRC SC-024494/O-1

Ventos de São Clemente VI Energias Renováveis S/A

Balances patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017 (Reapresentado)	Passivo	Nota	2018	2017 (Reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	9.225	5.544	Fornecedores	10	574	1.146
Contas a receber	7	7.447	3.632	Empréstimos e financiamentos	11	10.340	6.047
Despesas pagas antecipadamente	8	1.451	660	Contas a pagar partes relacionadas	19	90	-
Adiantamento fornecedores		4	1.933	Provisão de ressarcimento	12	32	32
Impostos a recuperar		323	60	Dividendos a Pagar	13	285	-
Total do ativo circulante		18.450	11.829	Obrigações sociais e trabalhistas		2	-
Não circulante				Outras contas a pagar		-	704
Fundos vinculados	6	4.138	3.094	Obrigações tributárias		517	696
Despesas pagas antecipadamente	8	88	-	Total do passivo circulante		11.840	8.625
Outras contas a receber		-	1.651	Não circulante			
Imobilizado	9	117.683	123.143	Empréstimos e financiamentos	11	75.991	82.591
Intangível		-	896	Outras contas a pagar		-	1.651
Total do ativo não circulante		121.909	128.784	Provisão de ressarcimento	12	967	967
				Total do passivo não circulante		76.958	85.209
				Patrimônio líquido	13		
				Capital social		50.647	52.344
				Reservas de lucros		914	-
				Prejuízos Acumulados		-	(5.565)
				Total do patrimônio líquido		51.561	46.779
Total do ativo		140.359	140.613	Total do passivo e patrimônio líquido		140.359	140.613

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Clemente VI Energias Renováveis S/A

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Notas	2018	2017 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	15	35.040	29.567
Custo operacionais	16	<u>(15.779)</u>	<u>(11.520)</u>
Lucro Bruto		<u>19.261</u>	<u>18.047</u>
Outras receitas		-	-
Despesas gerais e administrativas	17	(827)	(1.132)
Despesas tributárias		<u>-</u>	<u>(2)</u>
Resultado antes das despesas (receitas) financeiras líquidas		<u>18.434</u>	<u>16.913</u>
Receitas financeiras	18	781	450
Despesas financeiras	18	<u>(11.089)</u>	<u>(17.512)</u>
Resultado Financeiro		<u>(10.308)</u>	<u>(17.062)</u>
Lucro/prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		<u>8.126</u>	<u>(149)</u>
Imposto de renda	14	(899)	(717)
Contribuição social	14	<u>(463)</u>	<u>(383)</u>
Resultado do exercício		<u><u>6.764</u></u>	<u><u>(1.249)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Clemente VI Energias Renováveis S/A

Demonstrações dos resultados abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	2018	2017 (Reapresentado)
Prejuízo do exercício	6.764	(1.249)
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>6.764</u></u>	<u><u>(1.249)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Clemente VI Energias Renováveis S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Capital Social		Reservas de lucros			Total
	Capital Social	Capital Social a Integralizar	Reserva legal	Reserva retenção de lucros	Prejuízos Acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	60.001	(29.861)	-	-	(4.316)	25.824
Integralização de capital	-	24.843	-	-	-	24.843
Redução de Capital Social	(2.639)	-	-	-	-	(2.639)
Resultado do exercício	-	-	-	-	(1.249)	(1.249)
Saldos em 31 de dezembro de 2017 - *Reapresentado	57.362	(5.018)	-	-	(5.565)	46.779
Redução de Capital Social	(1.697)	-	-	-	-	(1.697)
Resultado do exercício	-	-	-	-	6.764	6.764
Constituição de reserva legal	-	-	60	-	(60)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(285)	(285)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	854	(854)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	55.665	(5.018)	60	854	-	51.561

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Clemente VI Energias Renováveis S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	2018	2017 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos	8.126	(149)
Juros sobre financiamentos	7.424	8.356
Custos de captação apropriado ao resultado	769	205
Provisão de ressarcimento	-	999
Depreciação e amortização	5.715	5.726
Varição nos ativos e passivos		
(Aumento) redução em impostos recuperáveis	(264)	133
(Aumento) redução em despesas antecipadas	(879)	(601)
Aumento (redução) em fornecedores	(572)	(32.348)
(Aumento) redução em outras contas a receber	1.655	6.397
(Aumento) redução em contas a receber	(3.815)	(1.226)
(Aumento) redução em adiantamento a fornecedores	1.929	(1.933)
(Aumento) redução em contas a pagar partes relacionadas	90	-
(Aumento) redução em obrigações sociais	2	-
Aumento (redução) em outras contas a pagar	(2.355)	2.146
Aumento (redução) em obrigações tributárias	(272)	(544)
Caixa líquido originado pelas atividades operacionais	17.553	(12.839)
Pagamento de IR e CS	(1.272)	-
Pagamento de encargos financeiros	(7.442)	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	8.839	(12.839)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		
Aquisição imobilizado e intangível	(255)	(986)
Baixa de intangível	896	2.341
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	641	1.355
Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento		
Aplicação em fundos vinculados	(1.044)	(3.094)
Pagamento de principal de empréstimos	(3.058)	5.220
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-
Redução de capital	(1.697)	(2.639)
Integralização de capital	-	24.843
Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento	(5.799)	13.890
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	3.681	2.406
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	5.544	3.138
No fim do exercício	9.225	5.544
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	3.681	2.406

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia, com sede em Fortaleza na Avenida Barão de Studart, sala 1004, bairro, Joaquim Tavora, foi constituída em 20 de agosto de 2014 e de acordo com o despacho nº 1.370, de 24 de maio de 2016, dando início a operação comercial a partir do dia 25 de maio de 2016 quando a energia produzida pelas unidades geradoras deverá estar disponível ao sistema.

A Companhia tem por objeto social (i) a exploração, em nome próprio ou através da participação em consórcios ou sociedades, de usina de geração de energia elétrica, a partir da fonte eólica Ventos de São Clemente VI, na forma permitida em lei e mediante a obtenção das respectivas concessões e autorizações; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato.

O parque eólico Clemente VI possui capacidade instalada de 25,725 MW¹ e situa-se no sítio Canafista, acesso via BR 424, KM 67,1 S/N - zona rural, no município de Caetés - PE.

2 Base de preparação

a. Declaração e conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas que estão a valor justo.

c. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não foram auditadas pelos auditores independentes.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos críticos e incertezas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas.

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1 de janeiro de 2018.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

(i) CPC 47 - Receita de contrato com cliente

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 Receitas, o CPC 17 Contratos de Construção e interpretações relacionadas. A partir da adoção do CPC 47 em 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a reconhecer as receitas de venda de energia considerando cinco passos: i) identificação do contrato com cliente; ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumpriu as obrigações de desempenho.

Essas alterações não resultaram em efeitos materiais no reconhecimento da receita de venda de energia, bem como, nas demonstrações financeiras.

(ii) CPC 48 - Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A Companhia adotou o CPC 48 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48 seriam reconhecidas nos lucros acumulados, quando aplicável.

Classificação e mensuração - Ativos e passivos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com a norma é geralmente baseada no modelo de negócios no qual o ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixas contratuais. A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na contabilização dos ativos e passivos financeiros da Companhia, apenas na classificação, conforme demonstrado abaixo:

R\$	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48	Saldo em 01/01/2018
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e depósitos bancários à vista	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	3
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	5.541
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	3.632
Aplicações financeiras vinculadas	Empréstimos e recebíveis	VJR	3.094
Total de ativos financeiros			12.270
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Fornecedores	Outros passivos	Custo amortizado	1.146
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Custo amortizado	88.638
Total de passivos financeiros			89.784

Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros e ativos contratuais

O CPC 48 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

Com base na avaliação da Companhia, este requerimento não gerou impactos materiais na contabilização de seus ativos financeiros e contratuais.

4 Retificação de erros

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base no “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, procedeu ajustes, de forma retrospectiva, em seu balanço patrimonial, demonstração do resultado e do resultado abrangente e do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A seguir o resumo dos impactos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

Balço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais	Impactos das retificações de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Total de ativos	138.680	1.933	140.613
Adiantamento a fornecedores (i)	-	1.933	1.933
Outros ativos não impactados	138.680	-	138.680
Total de passivos	93.834	-	93.834
Outros passivos não impactados	93.834	-	93.834
Total do patrimônio líquido	44.846	1.933	46.779
Prejuízos Acumulados (i)	(7.498)	1.933	(5.565)

Demonstração do resultado e do resultado abrangente
Em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais	Impactos das retificações de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Custos de operação (i)	(13.453)	1.933	(11.520)
Resultado antes das despesas (receitas financeiras líquidas)	14.980	1.933	16.913
Resultado do exercício	(3.182)	1.933	(1.249)
Resultado abrangente do exercício	(3.182)	1.933	(1.249)

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
Em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais	Impactos das retificações de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Resultado antes dos tributos	(2.082)	1.933	(149)
Adiantamento a fornecedores	-	(1.933)	(1.933)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	(18.059)	-	(18.059)

(i) **Adiantamento a fornecedores**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu no resultado custos com geração de energia em desacordo com o período de competência que incorreram. Desta forma, a Companhia ajustou o resultado de 2017 em contrapartida ao Ativo.

5 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

a. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial:

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente: (Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018)

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado – VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhe um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar contratos de instrumentos financeiros derivativos.

b. Receitas de venda de energia elétrica

A receita compreende o valor pela venda de energia elétrica. A receita pela venda de energia é reconhecida de acordo com o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

1. Identificar o contrato com o cliente
2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato
3. Determinar o preço das transações
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho
5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho

Toda energia produzida pela Companhia é vendida através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR. Durante o ano de 2018 a Companhia aderiu ao sistema MCSD. Todos os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Unidade de geração eólica - Pás	15 anos
Unidade de geração eólica - Gerador	20 anos
Unidade de geração eólica - Nacelle	25 anos
Unidade de geração eólica - Torre	30 anos
Benfeitorias	30 anos
Móveis e utensílios	16 anos
Equipamentos móveis e portáteis de comunicação	16 anos
Comunicação	16 anos
Outros equipamentos	16 anos
Veículos	7 anos
Equipamento geral de informática	6 anos
Software	5 anos
Licença de uso	5 anos

d. Intangível

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que possuem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

e. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia deve considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A Companhia deve presumir que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia deve considerar um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros, adicionalmente, com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seria aceita em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

(ii) *Ativos não financeiros*

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de Ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

A Companhia não identificou nenhum indicador para ativos não financeiros com vida útil definida para o qual devesse reconhecer provisão para redução ao valor recuperável.

f. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido.

Lucro presumido

Calculado com base na presunção de lucro sobre a receita bruta, nas alíquotas de 8% para IRPJ e 12% para CSLL para geração de energia. Sobre a presunção de lucros, aplica-se as mesmas alíquotas do lucro real, sendo elas: 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (Base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

g. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

h. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

i. Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. Espera-se que as seguintes normas não tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial.

CPC 06 (R2) - Arrendamentos

A Companhia deverá adotar o CPC 06 (R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) terá sobre as demonstrações financeiras, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque: as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial. O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Arrendamentos em que a Companhia é um arrendatário

Considerando que as contraprestações dos arrendamentos são calculadas com base na receita auferida com a geração de energia, e ainda que podem ocorrer oscilações consideráveis na receita de geração, a Companhia entende que não possui subsídios para mensurar o ativo de direito de uso, o passivo de arrendamento, despesas com amortização e despesas de juros com confiabilidade. Dessa forma, em sua avaliação preliminar, a Companhia entende que não reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das terras onde os parques eólicos estão instalados.

6 Caixa, equivalentes de caixa e fundos vinculados

a. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e Bancos	1.955	3
Aplicações financeiras (a)	<u>7.270</u>	<u>5.541</u>
Total	<u>9.225</u>	<u>5.544</u>

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários, junto ao Santander e Citibank, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com taxa de 98% CDI referente às aplicações do Santander e taxa de 97 % CDI para as aplicações do Citibank.

b. Fundos vinculados

Os valores aplicados em fundos vinculados fazem parte dos acordos firmados nos contratos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As aplicações em contas reservas obedecem a metodologia de cálculo dos saldos mínimos obrigatórios descritas nos contratos de financiamento, sendo que cada contrato possui regras específicas, as quais são exigidas pelo Banco Financiador para que sejam mantidas contas reservas para garantia do pagamento do Serviço da Dívida, e pagamento do custo de Operação e Manutenção, entre outras, em casos específicos de falta de liquidez do projeto descritos nos contratos de financiamento.

	31/12/2018	31/12/2017
Garantia O&M	209	105
Garantia especial	1.291	2.710
Garantia de dívida	<u>2.638</u>	<u>279</u>
	<u>4.138</u>	<u>3.094</u>

Os fundos vinculados estão classificados no ativo não circulante.

7 Contas a receber

	31/12/2018	31/12/2017
WX Energy Comercializadora de Energia Ltda	220	-
COMERC Comercializadora de Energia Elétrica Ltda	480	-
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	586	-
Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda	630	-
Brookfield Energia Renovável S.A.	472	-
Camara Comercio de Energia Eletrica	5.091	812
Provisão de venda de energia	-	2.820
(-) Estimativa crédito liquidação duvidosa	(32)	-
Total	7.447	3.632

Todos os títulos em aberto na data de 31/12/2018 estão classificados como a vencer, com exceção do saldo a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que possui regras específicas de comercialização.

8 Despesas pagas antecipadamente

	31/12/2018	31/12/2017
Premios de Seguros a Apropriar	201	-
Comissão de estruturação e fianças bancárias	1.338	660
Total	1.539	660
Circulante	1.451	660
Não circulante	88	-

9 Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	31/12/2018			31/12/2017
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço				
Máquinas e equipamentos (a)	130.951	(14.982)	115.969	122.808
Benfeitorias	1.881	(167)	1.714	335
Total	132.832	(15.149)	117.683	123.143

Abaixo seguem as movimentações do imobilizado:

	Saldo em 31/12/2017	Aquisições	Transferências	Depreciação Amortização	Saldo em 31/12/2018
Imobilizado					
Máquinas e equipamentos (a)	122.808	255	(1.433)	(5.661)	115.969
Edificações, obras civis e benfeitorias	335	-	1.433	(54)	1.714
Total	123.143	255		(5.715)	117.683

	Saldo em 31/12/2016	Aquisições	Baixas	Depreciação Amortização	Saldo em 31/12/2017
Imobilizado					
Máquinas e equipamentos (a)	130.867	-	(2.341)	(5.718)	122.808
Benfeitorias	253	90	-	(8)	335
Total	131.120	90	(2.341)	(5.726)	123.143

(a) Os montantes registrados nessa conta referem-se a equipamentos das estruturas eólicas.

10 Fornecedores

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores - Material e Serviço	18	337
Arrendamento a pagar	27	-
Tokio Marine Seguradora S.A.	173	-
Provisão de fornecedores a pagar	356	809
Total	574	1.146

A Companhia é obrigada a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal de suas atividades, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

11 Empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros	31/12/2018	31/12/2017
Financiamentos	2,55% a.a. + TJLP	86.331	88.638
Circulante		10.340	6.047
Não Circulante		75.991	82.591

A movimentação dos empréstimos ocorreu da seguinte forma:

	Movimentação
Saldo em 31 de dezembro de 2016	85.297
Juros Pagos	(3.791)
Amortização do Principal	(1.429)
Juros Incorporados a Dívida	8.356
Custo de captação incorrido	205
	<hr/>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	88.638
	<hr/>
Juros Pagos	(7.442)
Amortização do Principal	(3.058)
Juros Incorporados a Dívida	7.424
Incorporação de Custo de captação	769
	<hr/>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	86.331
	<hr/>

A Companhia possui contrato de financiamento firmado junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) o que é reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária neste contrato denominado de financiamento mediante abertura de crédito.

O financiamento mediante abertura de crédito com o BNDES está garantido por fianças bancárias emitidas por bancos comerciais até a conclusão financeira do projeto, conforme definido no contrato, bem como pelo penhor da totalidade das ações atuais e futuramente detidas sobre as respectivas SPEs e sobre a Companhia, quaisquer outras ações representativas detidas sobre o capital das mesmas, e qualquer rendimento dessas ações. As SPEs cederam ainda fiduciariamente os direitos creditórios decorrentes da receita proveniente da venda de energia elétrica que será produzida pelas investidas, bem como direitos emergentes relacionadas às autorizações de geração de energia e determinados contratos do projetos. Assim como todos os aerogeradores detidos pelas SPEs.

O financiamento com o BNDES possui 192 parcelas, com a última prestação vencendo em 15 de junho de 2033.

Covenants

Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da Ventos de São Clemente Holding S.A., apurado anualmente, igual ou superior a 1,2 vezes, os quais foram atendidos durante o exercício societário de 2018.

Constituir em favor do BNDES, e manter até o final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato, “Conta Reserva” com recursos no valor equivalente a, no mínimo, três parcelas atualizadas referentes ao valor da última amortização e ¼ (um quarto) do valor anual a pagar referente aos contratos de Operação e Manutenção.

12 Provisão para ressarcimento

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para ressarcimento	<u>999</u>	<u>999</u>
Circulante	32	32
Não Circulante	967	967

A geração de energia dos parques eólicos em exercícios anteriores foi inferior ao volume previsto no contrato de venda de energia no ambiente regulado CCEAR, devido a ocorrência de ventos abaixo da média histórica prevista neste exercício. Devido ao fato supracitado, a Companhia constituiu uma provisão com base nas obrigações que a mesma possui junto ao CCEAR, a qual será liquidada nos exercícios subsequentes. Em 2018, não houve tal provisão. Em 2017 o montante de ressarcimento registrado foi de R\$ 999, sendo R\$ 32 como passivo circulante e R\$ 967 como não circulante.

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito é de R\$ 55.665 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 57.362 em 31 de dezembro 2017) e está apresentado por 55.665 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Durante o exercício de 2018, conforme Assembleias Gerais Extraordinárias, ocorridas em 31 de maio e 31 de agosto de 2018, o capital foi reduzido no montante de R\$ 1.697, dessa forma em 31 de dezembro de 2018 o capital social integralizado é de R\$ 50.647 (R\$ 52.344 em 31 de dezembro de 2017)

b. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição de 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável. O valor da distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos em 2018 foi de R\$ 285.

c. Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76 até, o limite de 20% do capital social.

d. Reserva de Retenção

A reserva de retenção de lucros refere-se ao saldo remanescente do lucro do exercício de 2018 após as destinações, o qual está disponível para deliberações da Assembleia Geral.

14 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes do exercício de 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 1.362 no consolidado (R\$ 1.100 em 31 de dezembro de 2017).

	31/12/2018		31/12/2017	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Receitas de operações com energia elétrica	36.368	36.368	30.689	30.689
Aliquota de presunção	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido	2.909	4.364	2.455	3.683
Demais receitas	781	781	509	573
Aliquota nominal	25%	9%	25%	9%
Corrente	899	463	717	383

15 Receita operacional líquida

	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta de energia elétrica (a)	36.368	30.689
(-) Deduções da receita bruta		
Pis	(236)	(200)
Cofins	(1.092)	(922)
Total	35.040	29.567

- (a) A receita bruta de energia elétrica representa a venda de geração própria e a revenda de energia adquirida para comercialização.

16 Custos de operação

	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
Depreciação e Amortização	(5.715)	(5.726)
Compra de energia (a)	(6.545)	(3.567)
Encargos de Transmissão e Conexão	(1.049)	(1.077)
Serviços de terceiros	(958)	(101)
Arrendamentos e alugueis	(422)	(382)
Seguros	(214)	(92)
Engenharia e gestão de processos O&M GE	(2)	(145)
Custo com pessoal	(1)	(70)
Taxa de fiscalização ANEEL	(69)	(93)
Compartilhamento de custos	(432)	-
Gastos diversos	(8)	(14)
Impostos e Taxas	(295)	-
Despesas com material elétrico	(69)	(253)
	(15.779)	(11.520)

- (a) A rubrica de compra de energia representa o total de compras realizadas no período para atendimento ao MCSD e revenda.

17 Despesas operacionais

	31/12/2018	31/12/2017
Serviços prestados pessoa jurídica	(98)	-
Auditoria Externa	-	(2)
Despesa Associativa	(13)	-
Taxas e emolumentos	-	(12)
Legais, judiciais e publicações	(44)	(38)
Locação de máquinas e equipamentos	-	(2)
Compartilhamento de despesas	(639)	(79)
Juros e Multas	(1)	-
Gastos diversos	-	(955)
Despesas com Cartório	(32)	(44)
Total	(827)	(1.132)

18 Receitas e despesas financeiras

	31/12/2018	31/12/2017
Outras receitas	-	13
Rendimentos de aplicação financeira	781	437
Receitas financeiras	781	450
Juros BNDES	(7.424)	(8.356)
Tarifas Bancárias	(361)	(10)
Juros Diversos	(35)	(610)
IOF	(1)	(40)
Juros (Fornecedores)	(11)	(5.317)
Multas	(1)	(3)
Despesa Captação de empréstimos	(769)	-
Comissões e fianças bancárias	(2.487)	(3.003)
Outras Despesas Financeiras	-	(173)
Despesas financeiras	(11.089)	(17.512)

19 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de passivos e resultado em 2018 e 2017, bem como as transações que influenciaram os resultados dos períodos, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Partes Relacionadas		
Echoenergia Participações S.A. (a)	90	-
Total	<u>90</u>	<u>-</u>
	31/12/2018	31/12/2017
Resultado		
Compartilhamento de custos (a)	(432)	-
Compartilhamento de despesas (a)	(639)	(79)
Total	<u>(1.071)</u>	<u>(79)</u>

- (a) A Companhia possui despesas e contas a pagar referente a compartilhamentos de despesas entre as investidas e a Echoenergia Participações S.A.

Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora Echoenergia Participações S.A.

20 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixas e equivalentes de caixa	9.225	9.225	5.544	5.544
Fundos vinculados	4.138	4.138	3.094	3.094
Contas a Receber	7.447	7.447	3.632	3.632
Fornecedores	574	574	1.146	1.146
Financiamentos	86.331	86.331	88.638	88.638
Total	<u>107.715</u>	<u>107.715</u>	<u>102.054</u>	<u>102.054</u>

b. Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Fluxos de caixa contratuais					
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
31/12/2018					
Fornecedores	574	574	-	-	-
Financiamientos	86.331	10.340	10.340	31.020	34.631
Total	86.905	10.914	10.340	31.020	34.631
31/12/2017					
Fornecedores	1.146	1.146	-	-	-
Financiamientos	88.638	6.047	12.165	24.331	46.095
Total	89.784	7.193	12.165	24.331	46.095

c. Instrumentos financeiros por categoria

	31/12/2018		31/12/2017 - Reapresentado*	
	Custo amortizado	VJR	Custo amortizado	VJR
Ativos financeiros				
Caixas e equivalentes de caixa	1.955	7.270	3	5.541
Fundos vinculados	-	4.138	-	3.094
Contas a receber	7.447	-	3.632	-
Passivos financeiros				
Fornecedores	574	-	1.146	-
Financiamientos	86.331	-	88.638	-

d. Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

(ii) Risco de Crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com riscos de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2018 exposições financeiras atreladas a moeda estrangeira.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

e. Análise de sensibilidade

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40, preparou uma análise de sensibilidade dos empréstimos e financiamentos, das debêntures e das aplicações financeiras expostos a riscos da variação de taxas de juros e índices flutuantes.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2018 definido por meio destas expectativas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil):

Variação das taxas de juros e índices	Variação 31/12/2018	Cenário Provável 31/12/2019	Sensibilidade		
			Provável	$\Delta + 25\%$	$\Delta + 50\%$
Risco de aumento das taxas de juros e índices TJLP *	6,50%	7,96%	0,5 p.p.	0,63 p.p.	0,75 p.p.
Risco de redução das taxas de juros e índices CDI **	6,50%	7,10%	0,6 p.p.	0,75 p.p.	0,9 p.p.

	Índice	Saldos em 31/12/2018	Sensibilidade		
			Provável	$\Delta + 25\%$	$\Delta + 50\%$
Risco de aumento (passivo)					
Empréstimos e financiamentos	TJLP	<u>86.33</u>	<u>6.009</u>	<u>7.511</u>	<u>9.013</u>
Risco de redução (ativo)					
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI	<u>11.408</u>	<u>810</u>	<u>1.012</u>	<u>1.215</u>

21 Contingências

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, conforme a assessoria jurídica da Companhia, não tramitam em esfera judicial e administrativa processos cíveis, trabalhistas e fiscais classificados como prováveis de perdas, portanto, nenhuma provisão foi constituída. Assim como, não tramitam processos classificados como possíveis de perda que devam ser divulgados nas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.